



Índice

- 01** Projeto GATI apoia ações de extrativismo e recuperação ambiental Xakriabá
- 02** Povo Gamela, da comunidade de Taquaritiua, resiste para manter o seu território livre
- 03** ES – Sustentabilidade em terras indígenas do Estado será debatida em fórum
- 04** MPF obtém efeito suspensivo e comunidade Terena pode permanecer em terras na região de Buriti (MS)
- 05** PTista desempregado quer ser o novo presidente da Funai
- 06** Governo Federal reconhece território quilombola Paiol de Telha no Paraná
- 07** Comunidade indígena São Marcos recebe serviços de limpeza da prefeitura
- 08** Quilombolas: deputados aprovam emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR
- 09** Comunidades quilombolas podem conquistar isenção de cobrança tributária indevida
- 10** INCRA RECONHECE TERRITÓRIO QUILOMBOLA PELA PRIMEIRA VEZ NO PARANÁ
- 11** Repovoado tanque em comunidade indígena para beneficiar pesca artesanal
- 12** Isenção de ITR para quilombola aprovada pela Câmara continua causando polêmica
- 13** Paiol de Telha é o primeiro território quilombola reconhecido pelo Incra no Paraná
- 14** Incra reconhece território quilombola no Paraná pela primeira vez
- 15** Quilombolas no Maranhão têm direitos reconhecidos em decisões judiciais
- 16** Se eleito for, por Egon Heck



- 17 Nome de registro poderá incluir sobrenomes indígenas ou africanos
- 18 Índios do Xingu farão protesto em Água Boa
- 19 O clamor dos indígenas que precisamos ainda ouvir
- 20 Indígenas do Xingu farão protesto em Água Boa contra mau atendimento na saúde
- 21 Valmir ratifica apoio de indígenas à reeleição de Dilma e cobra demarcação de terras
- 22 Preservar o patrimônio indígena garante o futuro das suas gerações e os impactos do desmatamento
- 23 Índios brasileiros da etnia Terena lutaram na Campanha da Itália na 2ª Guerra Mundial
- 24 Índios atacam e saqueiam empreendimento da Vale no Pará
- 25 Há uma omissão clara no governo federal nessa questão indígena, diz Aécio Neves em Mato Grosso do Sul
- 26 Seminários esclarecem direitos tributários dos produtores quilombolas
- 27 MPF obtém efeito suspensivo e comunidade Terena pode permanecer em terras na região de Buriti
- 28 6º Dia da Novena Missionária: Tráfico humano, povos indígenas e quilombolas
- 29 Livro reúne depoimentos sobre a luta pelos DH no Brasil
- 30 Fazendeiro ameaça remoção dos Guarani-Kaiowá da aldeia Santiago Kue/Kurupi, mas indígenas prometem resistir

Projeto GATI apoia ações de extrativismo e recuperação ambiental Xakriabá SÍTIO CEDEFES, 21.10.2014

Entre os meses de agosto e setembro, a Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto (AIXBP) juntamente com Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GEF/PNUD/Funai) e parceiros iniciaram as atividades da iniciativa "Fortalecimento do Extrativismo Tradicional Xakriabá nas áreas de Cerrado e Caatinga da TI Xakriabá". A ação visa promover a valorização do conhecimento tradicional indígena de extrativismo para o uso e produção sustentável de produtos florestais não madeireiros das áreas de Caatinga e Cerrado na TI.



Ritual Xakriabá, durante abertura da oficina na aldeia Caatinguinha. Foto: ©Carlos Ferraz/Projeto GATI

Visa também a promoção da segurança alimentar e nutricional Xakriabá e ao mesmo tempo, incentiva a geração de renda, facilitando o acesso dos produtos indígenas ao mercado.

A iniciativa é executada pela AIXBP e tem apoio técnico, logístico e financeiro do Projeto GATI, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA), da Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo/Funai e Coordenação Técnica Local de São João das Missões/Funai e do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) administrado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

AS OFICINAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

O primeiro passo inicial da iniciativa aconteceu em junho, a partir de um calendário de ações, definido em junho durante a primeira reunião de mobilização ([saiba mais](#)). Em agosto foram realizadas as oficinas de diagnóstico participativo do extrativismo Xakriabá, nas aldeias Barreiro Preto, Caatinguinha, Vargens, Sumaré e Peruaçu. Participaram da oficina cerca de 150 pessoas, dentre elas: pajé, grupos de cultura, comunidade escolar, AIS, lideranças e membros das associações indígenas.

Durante as oficinas os Xakriabá elaboraram mapas mentais dos ecossistemas da TI onde foram destacados os pontos de coleta de frutos e remédios do Cerrado e da Caatinga. Esses mapas proporcionaram reflexão sobre o território, o extrativismo praticado e sua sustentabilidade.

Também construíram uma matriz, contendo as frutas consideradas mais importantes, tais como pequi, buriti, coquinho azedo, umbu, cabeça de nego, cagaita, cajuzinho e outras. A matriz também destacou espécies, período de florada e coleta, como, quem e onde coletam;

CONT.



equipamentos e estruturas usadas. Na ocasião, os Xakriabá definiram os extrativistas responsáveis pela mobilização comunitária a fim de fazer coleta e beneficiamento dos frutos em seus períodos.



Exemplo de mapa colaborativo, aldeia Barreiro Preto.
Foto: ©Carlos Ferraz/Projeto GATI

Na aldeia de Peruaçu em especial, foi feita uma breve apresentação e diálogo sobre o "Projeto Ações de Recuperação das Veredas da Aldeia do Peruaçu e do Fortalecimento do Agroextrativismo na aldeia Sumaré II". O projeto foi recentemente aprovado no 19º edital do PPP-ECOS e tem como proponente a Associação Indígena Xacriabá Aldeias Sumaré II / Peruaçu. A sua elaboração técnica também foi via Projeto GATI. A iniciativa visa cercar 400 hectares de vereda na aldeia Peruaçu, para evitar o pisoteio do

gado da região e com isso proporcionar a recuperação de uma importante área que se encontra degradada da TI Xakriabá.

O projeto vai contemplar ainda um curso com os extrativistas da aldeia Sumaré II sobre manejo, produção, beneficiamento dos produtos extrativistas das veredas e apoiar a estrutura de uma mini usina de beneficiamento dos frutos.

Nessas oficinas também foram definidas estratégias para acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Para isso, agendaram reuniões entre as lideranças Xakriabá com a Secretaria Municipal de Agricultura de São João das Missões e a diretoria das escolas da TI a fim de esclarecer dúvidas e estabelecer formas de apoio.

A OFICINA TRADUZIDA EM POESIA

Durante a oficina, a jovem Maiane Barbosa, escreveu e declamou uma poesia que reflete o processo de aprendizado e diálogo que todos presenciaram. Leia abaixo, na íntegra a poesia:

"Nesta oficina
Aprendi o que eu não sabia
Vou levar esta lição hoje e todo dia.
Agradeço a Deus
Por estar aqui
Aprendi sobre as frutas
E também sobre o pequi

Aqui na aldeia Caatinguinha
Tem frutos com fartura
Tem cagaita e umbú
Que dá pra fazer doce com rapadura

O pequi é um santo remédio
E também serve para alimentar
Dá pra fazer paçoca
Para nós povo Xakriabá
Nós estamos aqui com muita felicidade
Aprendendo sobre as frutas
E as suas utilidades

Os frutos da reserva
Devemos preservar
Faz parte da cultura
E do dia a dia dos Xakriabá
A cabeça de negro
Presta bastante atenção
Não rume pau nos galhos
Quando tá madura ele cai no chão

Quando chegar a colheita
É hora de conversar
Devemos mobilizar as pessoas
Para os frutos ir pegar
Agosto e setembro
A cagaita começa a florescer
Janeiro e fevereiro
Já é hora de colher

Quando for colher umbu
Basta apenas balançar
Pois maduro ele cai
Não precisa os galhos quebrar
Um grupo ficou definido para estas frutas coletar
Vamos fazer tantas coisas
E não podemos desperdiçar

Obrigada a todos
Por esta explicação
Aprendi muito e vou levar esta lição".

Fonte: <http://cggamgati.funai.gov.br/>

Povo Gamela, da comunidade de Taquaritiua, resiste para manter o seu território livre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2014

Cimi Regional Maranhão



Foto reproduzida do Cimi

Na manhã de sábado (18), homens, mulheres e crianças do povo indígena Gamela, da comunidade Taquaritiua, localizada há 12 km de cidade de Viana (MA), retiraram a cerca de arame que avançou sobre a área de reserva do território indígena. A cerca foi colocada por um fazendeiro da cidade de Viana, que se diz comprador da terra e mandou desmatar a área, destruindo aproximadamente um hectare.

O senhor Epitácio dos Santos, de 84 anos, se emociona ao lembrar a sua vida inteira de luta e não consegue segurar as lágrimas.

“Sou um velho lutador, sempre me conheci nessa luta aqui, muitos dos que lutavam comigo já morreram, mas dou graças a Deus por continuar resistindo”.

No começo da semana passada, os indígenas perceberam tratores destruindo a área de uso coletivo do povo, onde todos os grupos familiares usam para caçar, buscar palha e madeira para construção de casas, entre outros. “Todo mundo tira seu sustento dessa terra, é aqui que plantamos, é aqui que pescamos e não queremos mais ser um sem título, terra a gente tem, o que não temos é o título”, afirma dona Ivone dos Santos.

Na sexta (17), os indígenas registraram queixa na delegacia de Viana pedindo providências sobre a destruição do seu território. Preocupados a comunidade tomou a decisão de retirar o arame e retomar o seu território para evitar que o desmatamento continue.

“Desde que entendi o que os nossos pais diziam: a gente vive é do sacrifício e é assim que vivemos aqui. Para garantir o que a gente tem, só com muita luta”, diz seu Cipriano Nonato dos Santos.

Em assembleia no local desmatado e agora retomado, os indígenas decidiram dar uma destinação para a área desmatada, colocando ali uma roça de usufruto comum. Na semana que vem tentarão dialogar com o responsável pela destruição da mata e continuarão vigiando para que seu maior patrimônio, a terra, não continue sendo destruída.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

O povo Gamela, considerado extinto, vem desde 2013 lutando pelo reconhecimento étnico e territorial. Em agosto deste ano, na Assembleia de Autodeclaração, o povo indígena deliberou a luta pela conquista desse território e revitalização da identidade étnica.



Foto reproduzida do Cimi

Cabe lembrar que o território do povo Gamela, doado pelo Império Português, compreendia mais de 10 mil hectares, mas atualmente, o povo vive em 552 hectares, parcela que restou de um violento processo de grilagem ocorrido nos anos 70. Esse pedaço de chão, onde esse povo vive e tira dele seu sustento está novamente sendo objeto de disputa e de fraude.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Jornal Vias de Fato, o Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais Negras Quilombolas e Indígenas (Nuruni), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), estiveram presentes na comunidade, visitando a área desmatada e prestando apoio e solidariedade ao povo e continuarão acompanhando os desdobramentos dessa situação para que seja respeitado o direito dos Gamela de viver livre no seu território.



ES – Sustentabilidade em terras indígenas do Estado será debatida em fórum
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2014

Índios Tupinikim e Guarani se organizam para definir estratégias aos grandes empreendimentos que impactam as aldeias de Aracruz

Any Cometti, [Século Diário](#)

Os grandes empreendimentos planejados para os arredores do território indígena demarcado em Aracruz (norte do Estado) desafiam até mesmo a Fundação Nacional do Índio (Funai) que, em todo o país, não encontra situação semelhante para licenciamentos e avaliação que contemple esses territórios tradicionais. O relato é do chefe da coordenação técnica local da Funai, Vilson Tupinikim.

Por isso, os índios de Aracruz criarão um fórum para discutir a sustentabilidade nas aldeias, tanto no desenvolvimento de projetos internos como para avaliação dos empreendimentos que objetivam se instalar nos arredores do território. Além de definir ações e métodos avaliativos para o licenciamento dos empreendimentos que visam às áreas próximas às aldeias, os índios também definirão estratégias para desenvolver suas tradições em pesca e agricultura.

Como explica Vilson, no fórum serão reunidos os estudos e ações mitigadoras possíveis para a avaliação dos empreendimentos pela comunidade indígena, cuja participação será imprescindível. O fórum será formado, essencialmente, pela comissão de caciques e por demais lideranças indígenas, mas sempre com debate ampliado por toda a comunidade.

O primeiro debate sobre a criação do fórum aconteceu nas últimas quinta (16) e sexta-feira (17), durante o "I Seminário de Sustentabilidade dos Povos Indígenas Tupinikim e Guarani", que teve como tema "Pesca: Cultura e Meio Ambiente". De acordo com Vilson Tupinikim, mais dois encontros deverão ser realizados para debates entre a comunidade antes da criação efetiva do fórum.

Somente em Aracruz, diversos empreendimentos ameaçam o equilíbrio ambiental e cultural de comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e pescadores. Entre eles os plantios de eucalipto da Aracruz Celulose (Fibria), que usurpou territórios tradicionais e lança químicos agrícolas sobre o solo, além de explorar à exaustão os recursos hídricos, esgotando a possibilidade de cultivos puros e saudáveis por essas comunidades. Há, também, as constantes ameaças portuárias, como o Portocel, da Aracruz, além do Estaleiro Jurong, que usurpou e degradou uma enorme área de pesca em Barra do Riacho, e o planejado porto Imetame, que acabará de vez com o território de pesca artesanal do vilarejo.

MPF obtém efeito suspensivo e comunidade Terena pode permanecer em terras na região de Buriti (MS)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2014

Decisão anterior impunha reintegração de posse em favor de fazendeiro e multa contra comunidade indígena e Funai



Terra Indígena Buriti. Foto: CPT MS

PRR3

O Ministério Público Federal (MPF) obteve efeito suspensivo de decisão liminar que determinava a reintegração de posse de imóveis situados na região de Buriti, Mato Grosso do Sul, ocupados por indígenas da comunidade Terena. A nova decisão, da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF3), também suspendeu multa diária de R\$ 500 contra a comunidade indígena e de R\$ 1 mil contra a Funai em caso de descumprimento. Apesar de o próprio Ministério da Justiça ter declarado a área como de posse permanente dos índios, a liminar atendia pedido de Afrânio Pereira Martins, autor de uma das ações de interdito possessório movidas contra os Terena, que ocupam terras nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS).

Martins sustentava que a comunidade indígena estava praticando atos para perturbar ou privar a posse dos imóveis, posse esta que fora determinada pela 1ª Seção do Tribunal Regional Federal (TRF3) declarando válido o domínio particular sobre a área administrativamente demarcada baseando-se somente nos títulos de domínio.

A procuradora regional da República Maria Cristiana Amorim Ziouva se manifestou contra a liminar concedida pela Justiça Federal e asseverou que mesmo que os autores da ação aleguem ter direito à posse das terras, eles são mero detentores das terras em litígio, sendo certo que a Constituição torna nulos e extintos quaisquer atos relativos à posse e domínio em

CONT.



terras indígenas. Além disso, a procuradora ressaltou que todas provas constantes nos autos de origem já apontam para a existência da ocupação tradicional pelos indígenas, inclusive a Portaria 3.079/2010 do Ministério da Justiça, que declarou como de posse permanente dos índios Terena aproximadamente 17.000 (dezessete mil) hectares, incluindo as terras apontadas na ação. "Assim, havendo nos autos direito plenamente comprovado e presumido, qual seja, o direito indígena à demarcação das terras e a sua permanência no local, o que culminou com a edição da Portaria n.º 3.079, é esse que deve prevalecer, não havendo verossimilhança do direito alegado pela parte autora da ação possessória originária", asseverou Maria Cristiana em seu parecer.

A procuradora destacou que quem de fato tem direito à proteção são as famílias indígenas, levando em conta que nem sequer houve perturbação da ordem por parte da comunidade. Ela apontou que grupo indígena é o grupo social mais vulnerável e que deve ser protegido em relações às pretensões privadas defendidas. Maria Cristiana enfatizou ainda em seu parecer que "a concessão liminar de medidas proibitórias e reintegratória, tomando-se por base uma decisão que ainda encontra passível de ser reformada, deve ser tida com cautela, ainda mais quando prestigia o direito à propriedade em detrimento dos direitos à vida, à segurança e à saúde."

A reintegração de posse acarretaria uma proteção do interesse particular em detrimento aos interesses e direitos indígenas, podendo assolar a sobrevivência étnica e cultural dos integrantes da comunidade, ocasionando lesão de grave ou de difícil reparação. "Portanto, não há que se falar em periculum in mora favorável à agravada que motive a concessão de medida liminar de reintegração de posse, havendo, em verdade, a presença do periculum in mora inverso, a favor da pretensão dos índios à permanência na posse de suas terras tradicionais." concluiu a procuradora.

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF3), por unanimidade, atendeu à manifestação do MPF e suspendeu a liminar que impunha a reintegração de posse em desfavor da comunidade indígena Buriti, bem como concedeu o efeito suspensivo em relação à multa diária de aplicada à FUNAI e à Comunidade de R\$ 500 em caso de descumprimento.

Processo nº 0012067-21.2013.4.03.0000/MS
Acórdão.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria Regional da República da 3ª Região



PTista desempregado quer ser o novo presidente da Funai

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 21.10.2014



Derrotado nas eleições para o Governo de Rondônia, o deputado federal Padre Ton (PT-RO) estará desempregado a partir de janeiro, mas já busca formas de se manter empregado no Governo. O petista tem se oferecido para ocupar o cargo de presidente da Funai, abandonado por Guta Assirati no início deste mês de outubro. Na Câmara, Padre Ton atuou como coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

O petista tem dito que a nova composição do Câmara dos Deputados é de direita o que ameaça os direitos indígenas. "Nesta Casa aqui não vão votar muita coisa, nos próximos anos", diz o deputado, com relação à nova composição da Câmara dos Deputados. "Político é que nem feijão, só pega na pressão", afirmou.

Padre Ton foi um dos deputados que [facilitou a invasão do plenário da Câmara dos deputados no último mês de abril.](#)

A presidência da Funai está sendo ocupada interinamente pelo [Procurador Federal da Fundação, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo.](#)

[Veja mais sobre a opinião de Padre Ton sobre a política indigenistas do Governo Dilma Rousseff: "Ou caga, ou sai da moita"](#)

Governo Federal reconhece território quilombola Paiol de Telha no Paraná
SÍTIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 21.10.2014



Foto: Paulo Henrique Carvalho/MDA

O território quilombola Invernada Paiol de Telha, na região central do Paraná, foi reconhecido oficialmente nesta terça-feira (21), em cerimônia na Reserva do Iguaçu (PR). A ação deu início à regularização fundiária da comunidade. Serão regularizados aproximadamente 1,5 mil hectares de terra, o que vai beneficiar 300 famílias de descendentes de escravos.

Os moradores de Invernada Paiol de Telha poderão acessar as políticas públicas voltadas para quilombolas, segundo Laudemir Müller.

“Nós apoiaremos oferecendo o conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar para a comunidade. Além disso, vamos trabalhar integradamente com o Incra Nacional e a superintendência do instituto no Paraná. A instalação é um desafio grande, mas assumimos o compromisso de fazer com que esse território quilombola se transforme numa comunidade com produção e com renda”, afirmou.

Müller parabenizou a comunidade pela luta intensa para o resgate da terra. “Essa conquista não veio de graça, é uma vitória dos quilombolas de Paiol de Telha, que sempre lutaram por essas terras. Nós queremos a integração dessa comunidade, nós queremos o desenvolvimento desse território, pois hoje temos um País igual”, disse.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, informou que encaminhará a portaria para a Presidência da República até o final do ano, para continuar o processo de regularização. “A partir do decreto presidencial, nós vamos começar os trabalhos de campo, fazendo a avaliação econômica dos imóveis que serão destinados à composição da comunidade”.

“Esse trabalho será referência para a regularização fundiária de comunidades quilombolas em todo o País. Nós entendemos que a regularização fundiária quilombola também é reforma agrária”, acrescentou o presidente do Incra.

Paiol de Telha

Emocionada, Ana Maria Santos da Cruz, que representou a comunidade quilombola, lembrou que lutou décadas por esse reconhecimento. “Foram 40 anos esperando por esse momento. Esse documento é o início da retomada do Paiol de Telha, da retomada da nossa comunidade. O Paiol de Telha é nosso!”, comemorou Ana Maria.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Helena Bairros, também ressaltou a luta pela conquista da terra. “A luta de vocês foi muito importante para que essa portaria e esse processo de regularização fossem possíveis. A garra de vocês tem mantido o compromisso do MDA”, concluiu.

Ouç [aqui](#) o áudio da matéria.

João Paulo Biage

Comunidade indígena São Marcos recebe serviços de limpeza da prefeitura

SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 21.10.2014



A intenção é garantir mais segurança e um ambiente mais agradável aos mais de 70 moradores da comunidade. (Fernando Teixeira)

A comunidade indígena São Marcos recebe nesta semana serviços de capina, roço e coleta de entulhos e galhadas. Cerca de 20 profissionais da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental atuam no local até quarta-feira, 22. A intenção é garantir mais segurança e um ambiente mais agradável aos mais de 70 moradores da comunidade.

A comunidade abriga a Fazenda São Marcos, um marco da colonização de Roraima, construída em 1799 na confluência dos rios Uraricoera e Branco. Para a tuxaua do local, Gisela Neves, a atuação da prefeitura na comunidade valoriza o patrimônio histórico.

"Temos a honra de abrigar um patrimônio histórico, por isso nos preocupamos sempre em cuidar da nossa comunidade. Estou muito satisfeita com o trabalho da prefeita Teresa Surita, pois ela sempre nos atende no que precisamos. As 23 famílias agradecem pela limpeza feita aqui", enfatizou a tuxaua.

Trabalhar pelos povos indígenas faz parte do plano de governo da prefeita Teresa Surita. "As comunidades merecem nossa atenção e cuidado. O serviço de limpeza é uma forma de melhorar a vida das pessoas que moram na região, isso é valorizar e cuidar das pessoas", destacou a prefeita Teresa Surita.

Desde o mês de setembro, a Secretaria Municipal de Gestão Ambiental realiza o mutirão de limpeza nas comunidades indígenas pertencentes ao município. Até o momento já foram contempladas pelo serviço outras cinco comunidades: Vista Alegre, Campo Alegre, Darora, Ilha e Vista Nova. Na próxima semana, a comunidade do Milho receberá as equipes de limpeza. A previsão é que as 16 comunidades sejam limpas até o fim do ano.



Quilombolas: deputados aprovam emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR
SÍTIO FUNDO DEMA, 21.10.2014

A cobrança indevida do Imposto Territorial Rural-ITR de comunidades quilombolas penaliza centenas de famílias com terras já tituladas. Entre os casos mais graves está o das famílias quilombolas das Ilhas de Abaetetuba no Pará que acumulam, em nome da sua Associação, uma dívida ativa de mais de R\$ 18 milhões de cobrança do ITR.

Esta dívida injusta e impagável, além do constrangimento moral, impede a obtenção por parte da Associação da certidão negativa junto à Receita Federal, necessária ao acesso a diversas políticas públicas. Os quilombolas ficam impedidos, por exemplo, de acessar o programa Minha Casa Minha Vida, que beneficiaria 500 famílias das mais de mil que participam da Associação.

Outras comunidades como Óbidos e Oriximiná, ambas no Pará, enfrentam problemas parecidos na justiça. E todas as comunidades quilombolas no Brasil estão sujeitas a esta cobrança indevida porque a legislação que rege a incidência do ITR, de 1997, desconsiderou a norma constitucional que garantiu o direito dos quilombolas à titularidade de suas terras. Esta Lei já deveria à época ter isentado as terras coletivas quilombolas porque elas não se enquadram na lógica da propriedade rural com fins eminentemente produtivos ou especulativos, que é o objeto de incidência do ITR.

Esta injustiça tributária está prestes a ser reparada: ontem (14/10) foi aprovada uma emenda (artigo 82) na Medida Provisória Nº 651/14 que trata de matérias tributárias garantindo a isenção do imposto em terras quilombolas e a remissão das dívidas indevidamente cobradas.

A inclusão da emenda é resultado da articulação dos quilombolas de Abaetetuba, juntamente com a CNBB, Movimento Sem Terra, Inesc, Comissão Pró-Índio de São Paulo e ABRA para sensibilizar parlamentares aliados para o problema e reivindicar uma solução urgente. Na reunião conjunta destas organizações e deputados aliados, ocorrida no dia 06 de junho de 2014, na sala da liderança do PT, o Deputado Vicentinho (PT/SP) Líder do Partido na Câmara, recebeu as organizações e se comprometeu com a defesa da emenda sugerida pelas organizações sociais presentes.

Assim, comemoramos esta vitória quilombola e reconhecemos publicamente o empenho do Líder Vicentinho na defesa da emenda, assim como do relator da matéria o Deputado Newton Lima (PT/SP) que a incluiu na MP. Reconhecemos também a sensibilidade do governo Dilma que apoiou a iniciativa do Líder do PT de construir as bases de apoio político para que a emenda fosse incluída e aprovada.

Esperamos agora que a MP seja aprovada no Senado, o que deve ocorrer até o dia 06 de novembro, para que este capítulo de injustiça tributária contra os quilombolas possa ser de uma vez por todas superado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI/SP

Dom Guilherme Antônio Werlamg – Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz - CNBB

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Fonte: Observatório Quilombola

Link: <http://koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=13607>

Comunidades quilombolas podem conquistar isenção de cobrança tributária indevida
SÍTIO ADITAL, 21.10.2014



Neste mês de outubro, foi aprovada a emenda (artigo 82) na Medida Provisória Nº 651/14 que trata de matérias tributárias garantindo a isenção do imposto em terras quilombolas e a remissão das dívidas indevidamente cobradas. A cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) de comunidades quilombolas penaliza centenas de famílias com terras já tituladas. Entre os casos mais graves está o das famílias quilombolas das Ilhas de Abaetetuba, no Estado do Pará que acumulam, em nome da sua Associação, uma dívida ativa de mais de R\$ 18 milhões de cobrança do ITR.

A inclusão da emenda é resultado da articulação dos quilombolas de Abaetetuba, juntamente com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Comissão Pró-Índio de São Paulo e Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) para sensibilizar parlamentares aliados para o problema e reivindicar uma solução urgente. Na reunião conjunta destas organizações e deputados aliados, ocorrida em junho de 2014, em Brasília, o deputado federal Vicentinho (Partido dos Trabalhadores – PT – de São Paulo), líder do Partido na Câmara, recebeu as organizações e se comprometeu com a defesa da emenda sugerida.

"Essa dívida injusta e impagável, além do constrangimento moral, impede a obtenção por parte da Associação da certidão negativa junto à Receita Federal, necessária ao acesso a diversas políticas públicas. Os quilombolas ficam impedidos, por exemplo, de acessar o programa Minha Casa Minha Vida, que beneficiaria 500 famílias das mais de mil que participam da Associação", denunciam as entidades.

Outras comunidades como Óbidos e Oriximiná, ambas no Pará, enfrentam problemas parecidos na Justiça. E todas as comunidades quilombolas no Brasil estão sujeitas a essa cobrança, considerada indevida, porque a legislação que rege a incidência do ITR, de 1997, desconsiderou a norma constitucional que garantiu o direito dos quilombolas à titularidade de suas terras. Essa Lei já deveria à época ter isentado as terras coletivas quilombolas porque elas não se enquadram na lógica da propriedade rural com fins eminentemente produtivos ou especulativos, que é o objeto de incidência do ITR.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

"Assim, comemoramos esta vitória quilombola e reconhecemos publicamente o empenho do líder Vicentinho na defesa da emenda, assim como do relator da matéria o deputado Newton Lima (PT/SP) que a incluiu na MP. Reconhecemos também a sensibilidade do governo da presidenta Dilma Rousseff que apoiou a iniciativa do Líder do PT de construir as bases de apoio político para que a emenda fosse incluída e aprovada", declaram as organizações.

Espera-se, agora, que a MP seja aprovada no Senado, o que deve ocorrer até o próximo dia 06 de novembro.





INCRA RECONHECE TERRITÓRIO QUILOMBOLA PELA PRIMEIRA VEZ NO PARANÁ
SÍTIO SINDSEP-PE, 21.10.2014

Portaria de reconhecimento oficializará os limites da comunidade Paiol de Telha, para depois viabilizar a desapropriação; é possível que o decreto seja assinado durante as comemorações do Dia da Consciência Negra

Nesta terça-feira (21), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) vai assinar a portaria de reconhecimento da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, primeiro território do Paraná a chegar no processo de titulação. O ato de assinatura será às 9h, no Ginásio de Esportes do município de Reserva do Iguaçu (PR).

A portaria de reconhecimento oficializa os limites do território quilombola e antecede o decreto de declaração de interesse social da área, que viabiliza a desapropriação. Pelas informações obtidas junto ao Incra, é possível que o documento seja assinado ainda este ano, durante as comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Uma vez formulado o decreto, o Incra deverá realizar vistorias de avaliação das áreas hoje ocupadas pela Cooperativa Agrária, grande produtora de commodities na região. Após o resultado da avaliação, o instituto vai ajuizar as ações de desapropriação, com a consequente devolução do território para os quilombolas.

Histórico

Desde 1860, as cerca de 300 famílias que viviam na área tradicional foram expulsas violentamente por imigrantes alemães - fundadores da Cooperativa Agrária - na década de 1970. Desde então, os quilombolas estão divididos em quatro núcleos: Pinhão, Guarapuava, Assentamento e Barranco, sendo que este último está localizado às margens de uma estrada local, onde vivem em condições precárias.

O processo de titulação da comunidade caminhou a passos lentos, desde 2005, quando foi aberto no Incra. Só em 2013 que o caso do Paiol de Telha ganhou visibilidade com o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) de uma ação movida pela Cooperativa Agrária, que questionou a "inconstitucionalidade" do processo administrativo para a titulação do território.

O julgamento terminou no dia 19 de dezembro com 12 votos a 3, vitória significativa diante de um quadro de pressão pela derrubada do Decreto 4887/03, que é alvo de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/30197>

Repovoado tanque em comunidade indígena para beneficiar pesca artesanal

SÍTIO ADÃO ALAGOAS, 21.10.2014



A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), inseriu alevinos na comunidade indígena Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios nesta sexta-feira (17).

O repovoamento com espécies nativas como a tilápia, é uma ação muito importante para a revitalização dos tanques. Os peixamentos são uma das mais importantes funções do centro integrado de recursos pesqueiros e aquicultura da Codevasf. Além de desenvolverem e transferirem tecnologia de reprodução artificial.

Um dos líderes da tribo Xucuru Kariri e pescador artesanal, José Soares Queiroz fez questão de destacar as ações da Codevasf e da Carpil. "Parabenizo a Codevasf e a Carpil pelo trabalho de peixamento e assistência, e pelas ações junto a comunidades tradicionais como a minha. A soltura desses alevinos demonstra a preocupação da Codevasf com o rio e com as comunidades que dependem da pesca", destacou.

A CARPIL por sua vez vem realizando trabalhos técnicos naquela comunidade como recuperação de nascentes e implantando quintais produtivos, gerando renda e água límpida para aquela comunidade indígena.

Estiveram presentes na ação, a engenheira de pesca da Codevasf Socorro Caraciolo, o líder indígena José Soares, o técnico Jesival Clemente e o empresário de projetos agrícolas Madson Monteiro (Competec).



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Isenção de ITR para quilombola aprovada pela Câmara continua causando polêmica
SÍTIO BAHIA NA POLÍTICA, 21.10.2014

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou recentemente o relatório da comissão mista que analisou a Medida Provisória 651/14, que prevê várias medidas para incentivar a economia.

O texto foi aprovado com diversas emendas, entre elas uma apresentada pelo líder do PT, deputado Vicentinho (SP), que isenta do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), as terras quilombolas, ou seja, aquelas ocupadas por descendentes de escravos refugiados em quilombos.

A emenda também prevê o perdão das dívidas de quilombolas que não pagaram o imposto. Mas, mesmo aprovado, o tema continua dividindo opiniões na Câmara. Para Vicentinho, a emenda ajuda a corrigir erros históricos no tratamento dos quilombolas pelo Estado brasileiro.

O primeiro passo, nesse processo, teria sido a garantia, pela Constituição, do direito dos quilombolas a seus territórios. O líder explica que apresentou a emenda a pedido de entidades que defendem os direitos dos quilombolas, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

(Câmara Notícias)



Paíol de Telha é o primeiro território quilombola reconhecido pelo Incra no Paraná
SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 21.10.2014

Quase 10 anos após abertura do processo, comunidade Invernada Paíol de Telha – Fundão é a primeira do Paraná a chegar nessa fase. Assinatura de decreto que viabiliza desapropriação do território deve ocorrer ainda este ano. Mais de 30 comunidades quilombolas estão com processo de titulação em andamento no estado.

Fonte: Assessoria de comunicação da Terra de Direitos

A marca sobre o papel foi motivo de festa para os presentes no ato realizado no Ginásio de Esportes do Município de Reserva do Iguaçu/PR, na manhã desta terça-feira (21). A assinatura de Carlos Mário de Guedes, presidente Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, reconhece o território tradicional da comunidade quilombola Invernada Paíol de Telha – Fundão, e sinaliza para a conquista definitiva da terra. Mais do que um ato simbólico, a assinatura representa o primeiro reconhecimento oficial de um território quilombola no Paraná. Mais de 30 comunidades quilombolas estão com processo de titulação em andamento no estado.

Esse processo antecede o decreto de declaração de interesse social da área (que autoriza as desapropriações privadas) e a desintrusão, etapas necessárias para serem percorridas até que seja possível a titulação da terra como propriedade coletiva. Agora, o Incra do Paraná deverá realizar vistorias de avaliação das áreas hoje ocupadas pela Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios, para que então possam ser ajuizadas as ações de desapropriação, com a consequente devolução do território para os quilombolas. Serão regularizados aproximadamente 1,5 mil hectares de terra.

A moradora do núcleo Assentamento (Guarapuava/PR), Ana Maria Santos da Cruz, indica a satisfação da comunidade. "A alegria é tanta que a gente nem está acreditando. São mais de 40 anos de espera para poder voltar para a nossa terra", comemora.

O assessor jurídico da Terra de Direitos, Fernando Prioste, que esteve presente no evento, considera que assinatura dessa portaria é uma grande vitória quilombola no Paraná. "Passados quase 26 anos da promulgação da Constituição Federal, que estabelece o direito dos quilombolas à terra, não há mais espaço para retardar a efetivação de direitos dessas comunidades tradicionais no Brasil", destaca.

"Espera-se que a Presidenta da República assine o decreto que viabiliza a desapropriação do território e que se dê efetivo andamento aos processos de titulação das 37 comunidades

CONT.



quilombolas do Paraná”, acrescenta. É possível que o decreto de interesse social da área seja assinado ainda este ano, em 20 de novembro, data que marca o Dia da Consciência Negra.

Estiveram presentes no ato a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – SEPPIR, Luiza Barros, e o ministro interino do Desenvolvimento Agrário Laudemir André Müller. Representantes da comunidade Paiol de Telha, da organização Terra de Direitos e de outras entidades de direitos humanos, movimentos sociais e órgãos do Estado também participaram.

O caso Paiol de Telha

Cerca de 300 famílias foram expulsas de forma violenta das terras em 1970, por imigrantes alemães que fundaram no local a Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios, uma grande produtora de commodities na região. Os integrantes da comunidade quilombola habitavam o espaço desde 1860, quando 11 trabalhadores escravizados foram libertados pela proprietária da terra, Balbina Francisca de Siqueira, e receberam o território como herança.

Atualmente, os habitantes dessa comunidade tradicional estão divididos em quatro núcleos – Pinhão, Guarapuava, Assentamento e Barranco (localizado às margens da área original) –, vivendo muitas vezes em situação precária. A titulação das terras deve mudar essa realidade, e unificar a comunidade. “A vontade de retomar o território, de viver juntos novamente, é muito grande”, destaca Ana Maria. E completa. “O que está acontecendo é fruto da luta da comunidade, que contou com o apoio de muita gente”.

Um dos primeiros do estado, o processo de titulação do território foi aberto no Incra em 2005. Desde então, vinha caminhando a passos lentos. Em 2013, o caso do Paiol de Telha ganhou visibilidade com o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 de uma ação movida pela Cooperativa Agrária. A ação questiona o processo administrativo para a titulação do território, sob a alegação de que o Decreto 4887/03*, seria inconstitucional.

No entanto, o julgamento dessa ação, realizado em dezembro do ano passado, considerou constitucional esse decreto que regulamenta os procedimentos de titulação de territórios habitados por remanescentes quilombolas.



Inkra reconhece território quilombola no Paraná pela primeira vez

SÍTIO G1, 21.10.2014

*Território Quilombola Paiol de Telha foi reconhecido nesta terça-feira (21).
Mais de 300 famílias saíram do local, em Reserva do Iguaçu, há 40 anos.*

O Território Quilombola Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu, na região central do Paraná, foi reconhecido oficialmente nesta terça-feira (21) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A comunidade é a primeira do Paraná a chegar nesta fase do processo de titulação. "A partir de agora, tudo vai mudar", diz a integrante da comunidade Ana Maria Santos da Cruz.

A portaria dá reconhecimento a uma área de 2.959 hectares. Mais de 300 famílias que tiveram que deixar as terras, há cerca de 40 anos, vão poder voltar para o local. "Nós vamos ter de volta a nossa cultura e a nossa religião. Cada um sabe o pedacinho de terra em que os pais, os avós e outros parentes viviam", afirma Ana.

As áreas haviam sido ocupadas por produtores de grãos da Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios. O processo de retomada do território começou em 2005. "Diferente de um assentamento de reforma agrária, essa comunidade rural receberá a terra continuamente, não será dividida em lotes. O território já está reconhecido. Nosso trabalho, em 2015, é garantir que a comunidade Paiol de Telha viva no seu território", explica o presidente do INCRA, Carlos Guedes de Guedes.

Segundo o advogado da comunidade, Fernando Prioste, o próximo passo, agora, será a publicação do decreto presidencial de desapropriação do território. Em seguida, vem a fase de desintrusão de ocupantes não quilombolas e, por fim, ocorre a emissão do título de propriedade coletiva à comunidade.



Quilombolas no Maranhão têm direitos reconhecidos em decisões judiciais

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 21.10.2014

A Justiça Federal reconheceu direitos das comunidades tradicionais quilombolas de Jutay e Camaputiua, localizadas respectivamente nos municípios maranhenses de Monção e Cajari. As duas decisões foram proferidas entre os meses de junho e julho deste ano, após atuação da Defensoria Pública da União (DPU).

Há décadas a comunidade de Jutay enfrenta conflito possessório decorrente, entre outros fatores, da demora na regularização fundiária das terras ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas. Diante da morosidade, a DPU propôs ação civil pública contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), buscando obrigar o órgão a concluir com celeridade a titulação das terras, fato que possibilitaria a delimitação da área e asseguraria a posse dos quilombolas, fazendo cessar o conflito.

Na decisão, proferida pela 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, é reconhecida a obrigação do Incra de concluir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em até seis meses. O relatório é a principal peça técnica produzida no processo de regularização fundiária de terras quilombolas.

O juiz da causa afirma em sua decisão: "Em se tratando de medida para a delimitação da área a ser titulada, a elaboração do RTID é passo importante para a resolução desse conflito fundiário, sobretudo porque, ao que parece, tem por origem a divergência acerca da titularidade da propriedade".

Já a comunidade de Camaputiua é formada por quilombolas residentes em uma ilha fluvial localizada no noroeste do Maranhão. A área é marcada por décadas de conflito fundiário envolvendo quilombolas e fazendeiros da região.

Inicialmente instaurada pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, uma ação em defesa da posse dos quilombolas foi proposta na Justiça Estadual, sendo posteriormente remetida à 3ª Vara da Justiça Federal no Maranhão, por se considerar o direto interesse do Incra na resolução de conflito possessório envolvendo grupos quilombolas.

De acordo com o defensor público federal Yuri Costa, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU no Maranhão e membro do Grupo de Trabalho Institucional de Assistência a Grupos Quilombolas (GT Quilombola), "a decisão proferida em favor da comunidade de Camaputiua aponta para a pacificação do conflito, pois proíbe os supostos proprietários de terras de impedir ou dificultar o acesso a áreas de moradia, de plantio ou de criação de gado pelos quilombolas, assegurando-lhes meios de sobrevivência, além de lhes garantir segurança".

Se eleito for, por Egon Heck

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2014



Enquanto as urnas vão acariciando silenciosamente voto por voto, ponho-me a dialogar com meus botões já envelhecidos e cansados da mesmice política a cada eleição. A primeira constatação é óbvia: tudo farinha do mesmo saco. Ou melhor, os que têm alguma chance de chegar ou permanecer no Palácio do Planalto rigorosamente propõem ou seguem a cartilha neoliberal, colonialista, ditatorial e elitista. Diante de tal cenário, a reação primeira seria de rejeição em bloco e não votar na falta de democracia.

Mas tem quase um milhão de brasileiros originários cuja situação é infinitamente pior. Além de sentir-se no direito do exercício da indignação terão que amargar mais quatro anos de vilipêndio sobre seus direitos constitucionais.

O agronegócio cresce e se expande mais que erva daninha. São os povos indígenas que primeiro e mais intensamente terão que arcar com as consequências nefastas, destruidoras e criminosas, pois o agronegócio nada poupa. Rasga o ventre da mãe terra e o enche de venenos, impunemente. Os filhos originários da terra são agraciados com uma silenciosa guerra. Tudo acontece com a benção do sistema que covardemente insiste de chamar isso de progresso.

E se eleito for algum indígena, seja para Assembleia Legislativa Estadual ou seja para o Congresso Nacional, cenário pouco provável, mesmo assim terá sido o passo mais fácil, diante do hercúleo esforço que terão que fazer, em meio a um ambiente de cobras criadas, de cartas marcadas e de interesses consolidados.

Tenhamos a coragem e honestidade de pensar por uns instantes, no gigantesco desafio que terá pela frente esse eventual eleito. Por mais que o movimento indígena tenha avançado e amadurecido, dificilmente não sucumbirá diante das presas sanguinolentas do monstro.

Apesar dos apesares "se eleito for" ninguém poderá fugir do páreo: que os céus conclamem todos os heróis e combatentes para cerrar fileira na defesa da vida e direitos dos povos indígenas.

O que será das nossas crianças? Qual será o nosso futuro a partir de amanhã?

Nome de registro poderá incluir sobrenomes indígenas ou africanos

SÍTIO SENADO FEDERAL, 22.10.2014



Marcos Oliveira/Agência Senado

Proposta que permite que índios e afrodescendentes acrescentem ao nome de registro sobrenome indígena ou africano aguarda relatório na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 53/2014, que altera a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), foi apresentado pelo deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) e tem como relatora na comissão a senadora Ângela Portela (PT-RR).

Os sobrenomes a serem acrescentados não precisam ser familiares e devem preservar os sobrenomes anteriores. Por exemplo, se uma pessoa é de origem caripuna (povo indígena do Amapá), ela pode acrescentar o sobrenome Caripuna ao nome original. Mário de Jesus Ferreira, por exemplo, pode virar Mário Caripuna de Jesus Ferreira. A mudança pode ocorrer a qualquer tempo, não sendo necessário ser maior de idade para isso.

Nelson Pellegrino explica que o povoamento do Brasil foi feito, em sua maioria, por pessoas vindas da África. No entanto, "essas origens encontram-se perdidas, tendo em vista que os sobrenomes dos ascendentes foram sendo substituídos por outros de origem não africana".

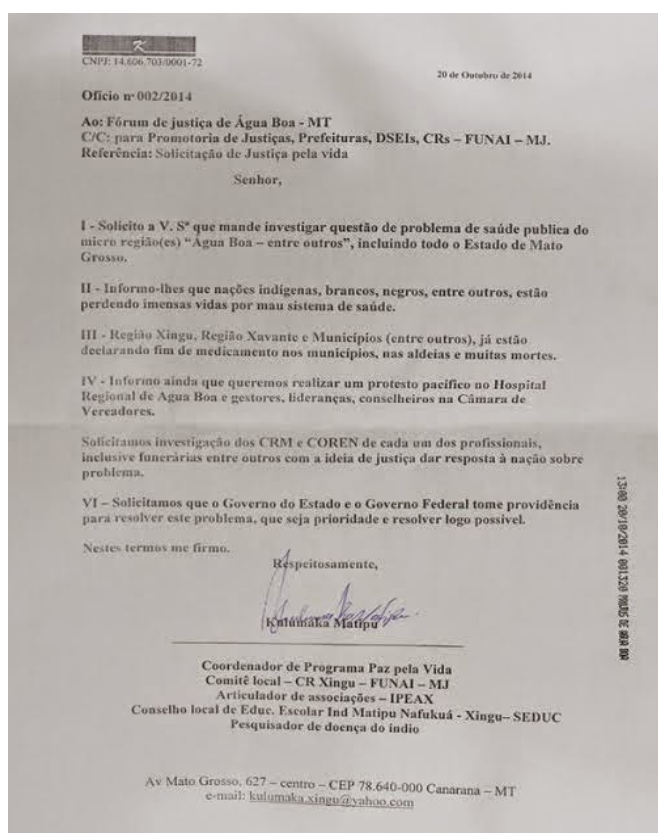
O autor acredita ser importante que se resgate a identidade dessas pessoas para que as histórias não sejam apagadas ao longo do tempo. Segundo o autor do projeto, "um dos aspectos mais importantes para atingir esse fim diz respeito à possibilidade de adoção do sobrenome original".

Após análise na CDH, a proposta seguirá para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Índios do Xingu farão protesto em Água Boa SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 22.10.2014



ÁGUA BOA - As comunidades do Xingu estão planejando um protesto no Hospital Regional Paulo Alemão de Água Boa. A informação partiu do Coordenador do Programa Paz pela Vida, Kulumaka Matipu, nativo da etnia Kalapalo. Ele esteve ontem em nosso departamento de jornalismo para denunciar que indígenas estão morrendo por falta de pronto atendimento na saúde. Afirmou que os doentes da comunidade do Xingu são deslocados para o Hospital Regional de Água Boa.

O indígena ressaltou que faltam medicamentos básicos, e por isso, muitos pacientes acabaram morrendo. Ele disse que foram cerca de 20 indígenas mortos nas últimas semanas. Devido a situação, as comunidades xinguanas farão um protesto em frente ao Hospital Regional Paulo Alemão de Água Boa. Documento foi encaminhado para as prefeituras da região, Funai, para a justiça local, Ministério Público Estadual, solicitando providências.

Os indígenas do Xingu querem que o Conselho Regional de Medicina e Coren iniciem investigação sobre o caso. Eles querem justiça quanto às mortes por falta de melhor estrutura na saúde.

A reclamação também cita a responsabilidade dos governos federal e estadual. No dia 28 de outubro, as comunidades do Xingu vão se reunir nas aldeias para deflagrar o movimento pela saúde. Depois, o protesto será em Água Boa. Matipu afirmou que profissionais de saúde até existem, mas faltam principalmente medicamentos e exames.





O clamor dos indígenas que precisamos ainda ouvir

SÍTIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 22.10.2014

"Alguma coisa falhou no processo de educação e de evangelização dos europeus, notadamente dos espanhóis e dos portugueses que impediu que ocorresse verdadeiramente um encontro de pessoas e de culturas. O que houve foi uma negação pura e simples da alteridade", escreve Leonardo Boff, filósofo, teólogo e escritor.

Eis o artigo.

A causa indígena nunca foi resolvida no Brasil. A toda hora se ouvem invasões de terras indígenas para dar lugar ao agronegócio. Homologação de suas terras são proteladas. E há assassinatos e suicídios misteriosos entre os guarani.

Não obstante, deram-se alguns avanços que cabe reconhecer como a demarcação e homologação em área contínua da terra Yanomami contra a pressão de meia dúzia de arrozeiros, apoiados pelo latifúndio pelo agronegócio; a devolução da terra indígena xavante Marãiwatsédé na Prelazia de São Felix do Araguaia, de onde haviam sido arrancados à força há 40 anos atrás. A mesma coisa não ocorreu com a terra dos Guarani Kaiowá, Guayraroka, que o STF com os votos dos ministros Celso Mello e Carmen Lúcia rejeitaram o voto de relator do processo o ministro Ricardo Lewandowski. Em nenhum momento a comunidade indígena foi consultada e o latifundiário que as ocupou, ganhou o direito sobre os 12 mil hectares das terras tradicionais.

Casos como estes são frequentes, por mais que a Funai e o CIMI (Centro indigenista missionário da Igreja Católica) se empenhem em sua defesa. Neste contexto vale recordar O Manifesto da Comissão Indígena 500 anos (1999) expressando o clamor de 98 diferentes povos originários. Eles denunciaram com veemência:

"Os conquistadores chegaram com fome de ouro e de sangue, empunhando em uma das mãos armas e na outra a cruz, para abençoar e recomendar as almas de nossos antepassados, o que daria lugar ao desenvolvimento, ao cristianismo, à civilização e à exploração das riquezas naturais. Estes fatores foram determinantes para o extermínio de nossos antepassados...."

"O dia 22 de abril de 1500 representa a origem de uma longa e dolorosa história...Afirmamos nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações festivas do V centenário, por atentar e desrespeitar nossos antepassados, mortos em defesa de seus filhos, netos e gerações futuras. E por negarem nosso direito à vida como povos culturalmente diferenciados..."

CONT.



"Pretendemos sim, celebrar as conquistas ao longo dos séculos, plenas de heróis anônimos, que a história se nega a reconhecer. Celebramos sim, as vitórias que nos custaram tantas vidas e sofrimentos, porém trouxeram a determinação e a esperança de um mundo mais humano, de solidariedade".

"Celebraremos também o futuro, herdeiros que somos de um passado de valorização da vida, de ideais, de sonhos deixados por nossos antepassados. Apesar das desigualdades e injustiças, estamos cientes da importância de contribuir para a consolidação de uma humanidade livre e justa, aonde índios, negros e brancos vivam com dignidade"(Jornal do Brasil de 31 de maio de 1999). Na campanha presidencial nunca se abordou com seriedade esta demanda histórica dos indígenas.

O que poderíamos esperar dos portugueses que durante quinze séculos passaram pela educação cristã? Que ao verem aqueles belos corpos na praia, espreitando curiosamente a chegada das caravelas, exclamassem: "Que bom! Descobrimos mais irmãos e irmãs. Vamos abraçá-los e beijá-los como membros da grande família de Deus, representantes diferentes do corpo místico de Cristo". Nada disso ocorreu.

Depois do primeiro encontro pacífico, cheio de lirismo descrito pela carta de Pero Vaz de Caminha, tudo mudou. Vieram com a cobiça pelas riquezas da terra. Moveram-lhes guerras, chegaram a negar-lhes a humanidade e, apesar de sua inocência e bondade natural, atestadas por todos os primeiros missionários, consideraram-nos faltos de salvação. E os subjugaram e os batizaram sob medo.

Alguma coisa falhou no processo de educação e de evangelização dos europeus, notadamente dos espanhóis e dos portugueses que impediu que ocorresse verdadeiramente um encontro de pessoas e de culturas. O que houve foi uma negação pura e simples da alteridade.

O assim chamado "descobrimento" equivaleu a um encobrimento e a um apagamento do outro, da história dos povos originários do Brasil e de África. Também não significou um "encontro" de culturas mas uma invasão. O que de fato ocorreu foi um imenso desencontro, um verdadeiro choque de civilizações com o submentimento completo dos negros e dos indígenas mais fracos. Até hoje fica a marca deste ato fundacional nas formas como discriminamos os indígenas, não respeitando suas terras sagradas e mantendo preconceitos contra os afrodescendentes, aqueles que construíram quase tudo do Brasil.

Indígenas do Xingu farão protesto em Água Boa contra mau atendimento na saúde
SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 22.10.2014

O líder indígena afirmou ainda que já encaminhou documentos para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)



Depois da reclamação dos indígenas da Ilha do Bananal em São Félix do Araguaia, que protestam principalmente qualidade péssima da saúde oferecida pelo governo aos indígenas, onde vários "irmãos" estariam morrendo devido à falta de medicamentos e estrutura adequada.

Agora é a vez das comunidades indígenas localizadas no Parque Nacional do Xingu, que planejam um protesto em frente ao Hospital Regional Paulo Alemão de Água Boa, segundo informou o Coordenador do Programa Paz Pela Vida, Kulumaka Matipu, da etnia Kalapalo.

Para o indígena faltam medicamentos básicos, por isso muitos pacientes estão morrendo, nas últimas semanas cerca de 20 indígenas morreram. Devido essa situação as comunidades estão se reunindo para fazer um protesto em frente ao Hospital.

O líder indígena afirmou ainda que já encaminhou documentos para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Justiça de Mato Grosso, Ministério Público, Conselho Regional de Medica e Conselho Regional de Enfermagem, para que iniciem uma investigação sobre o caso.

A insatisfação dos indígenas são com os governos Federal e Estadual, no dia 28 de outubro as comunidades vão se reunir e depois o protesto será em Água Boa, para Katipu até existem profissionais com boa vontade de atender os índios, o problema é que têm faltado principalmente medicamentos e estrutura para fazer exames.

Valmir ratifica apoio de indígenas à reeleição de Dilma e cobra demarcação de terras
SÍTIO JORNAL DA CHAPADA, 22.10.2014



Valmir quer militância unida para reeleger Dilma e segue com adesões em todo o estado | FOTO: Ascom |

Grupos de povos indígenas e comunidades tradicionais da Bahia, que apoiam a candidatura de reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), procuraram o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) e apresentaram uma pauta de reivindicações para o governo federal. O parlamentar baiano, após ato político da candidata do PT em Petrolina, no interior de Pernambuco, informou que as lideranças das comunidades rurais da Bahia seguem o mesmo “percurso” que os movimentos sociais e organizações do Semiárido, que “fizeram uma grande festa para receber a comitiva de Dilma”. Valmir também voltou a destacar a importância de manter o projeto de sociedade em curso no país e reafirmou que a presença da presidente no governo dá mais força às questões socioculturais dos povos indígenas.

“Estive aqui para ratificar esse empenho de todas as comunidades rurais, de toda a militância e de todos os políticos da base aliada na campanha de reeleição de Dilma. Sem dúvida, o apoio dos povos indígenas será fundamental para o processo de demarcação de terras que o estado e o país precisa fazer e que o Congresso Brasileiro trava”, declara Assunção, fazendo referência à bancada ruralista que detêm a maioria de parlamentares nas Casas Legislativas.

De acordo com Assunção, na pauta apresentada pelos índios a demarcação de terras é uma das principais reivindicações, além da relação histórica das comunidades tradicionais com os movimentos sociais de esquerda e com o PT. “A atuação do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] se confunde com a atuação dos indígenas no que se refere à luta pela terra, por políticas públicas de inclusão e desenvolvimento socioeconômico. Os indígenas apoiam Dilma, sobretudo, por enxergar nela a garantia de que não haverá o retrocesso de tirar da Presidência da República e passar para o Congresso a prerrogativa de demarcar terras”, completa Valmir.

Preservar o patrimônio indígena garante o futuro das suas gerações e os impactos do desmatamento

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2014



Por Marcela Bandeira – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Foi realizada, entre os dias 29 de setembro e 03 de outubro, a oficina “Diálogo para a Implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Igarapé-Lourdes”, no município de Ji-Paraná (RO). O evento teve como objetivo construir uma estratégia para viabilizar a execução do plano de gestão do território, e foi organizado através de parceria com o IPAM, COICA, COIAB, PADEREEHJ, ASSIZA, COPIR, FOREST TRENDS, ICCO e FUNAI.

A oficina reforçou a importância da implementação de atividades no plano de gestão, pela valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e condições de reprodução populacional e cultural das atuais e futuras gerações indígenas.

Além das discussões sobre o plano de gestão, os participantes também debateram sobre mudanças climáticas, seus impactos nos TIs, e como a comunidade pode receber recursos externos pelo papel de preservação dos serviços ambientais que realizam, por meio de seus modos tradicionais de vida.

Durante o encontro, a Coordenadora no Núcleo de Povos Indígenas e pesquisadora do IPAM, Fernanda Bortolotto, apresentou através da plataforma SOMAI, em desenvolvimento pelo instituto, como os TIs funcionam como barreiras para o desmatamento e quais são os impactos das alterações climáticas nos territórios indígenas. De acordo com os dados da plataforma, Igarapé Lourdes está se tornando um maciço florestal no meio de diversas pressões de desmatamento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

“Com o SOMAI, por meio de dados de pesquisa, foi possível demonstrar para o povo Gavião presente na oficina, a pressão que o TI de Igarapé Lourdes sofre com o avanço do desmatamento ao redor da área. Também apresentamos os dados de projeções climáticas desenvolvidas pelo SOMAI, e foi interessante observar que muitas das alterações projetadas já são sentidas em campo, como o aumento da “quentura”, destacado por alguns indígenas. Reforçamos nesse encontro a importância do planejamento de atividades como estratégias adaptativas às vulnerabilidades climáticas para o TI”, afirmou Fernanda Bortolotto.

O encontro resultou em uma descrição de diversas atividades que a comunidade deseja desenvolver de acordo com o plano de gestão, além do comprometimento dos parceiros na busca por captação de recursos, capacitação e a criação de um grupo de trabalho para apoiar a implementação dessas atividades.

Também participaram da oficina representantes do Idesam, da Associação Metareilá e uma estudante de doutorado da University College of London.

Índios brasileiros da etnia Terena lutaram na Campanha da Itália na 2ª Guerra Mundial

SÍTIO AQUIDAUANA ONLINE, 22.10.2014



Índios brasileiros da etnia Terena lutaram na Campanha da Itália na 2ª Guerra Mundial

Nos dias 7 e 8 de outubro, deste ano, em que se comemora os 70 anos da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália (1944-1945), por ocasião da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) uma equipe do DPHCEX (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército), Coordenadas pelo Coronéis Heider Antunes Ramiro de Lima e Rosty, daquele órgão, além do Coronel Freitas, Assessor Cultural Comando Militar do Oeste (CMO) vieram a Aquidauana no estado de Mato Grosso do Sul e confirmaram in loco as pesquisas que apontavam a participação de índios da etnia Terena na 2ª Guerra Mundial, incorporados no 9º Batalhão de Engenharia de Combate (9º BE Cmb) - Batalhão Carlos Camisão, que foi a primeira tropa brasileira a cumprir missão de combate na Campanha da Itália.

A visita da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército em Mato Grosso do Sul teve como objetivo concluir uma série entrevistas a Ex-Combatentes (Pracinhas) e seus descendentes para a confecção de um documentário em homenagem aos 70 anos da FEB. Em Campo Grande e Aquidauana foram entrevistadas cerca de 20 vinte pessoas ligadas ao evento 2ª Guerra Mundial. De Mato Grosso do Sul a equipe do DPHCEX segue para a Itália, palco do confronto militar na segunda guerra mundial, onde pretende concluir os trabalhos do documentário.

Em Aquidauana, durante mais de uma década, o tema: "participação Terena na 2ª Guerra Mundial - VUCÁPANA VO", foi pesquisado pelo Historiador Wallas Freitas, do Museu Marechal José Machado Lopes (MMJML- Museu do Expedicionário do 9º BE Cmb), que também é sargento do Exército, e pelo Professor Mestre em Antropologia Paulo Baltazar, da etnia Terena.

CONT.



O ponto de partida das pesquisas foi o conhecimento de causa pelo Professor Baltazar, que foi um dos primeiros a organizar o acervo do Museu MJML- Museu do Expedicionário do 9º BE Cmb e constatou que não havia registros oficiais da participação de índios brasileiros na Segunda Grande Guerra. Somou-se os trabalhos pioneiros do jornalista Geraldo Duarte Ferreira e Mário Moura com o registro da História dessa participação com o tema, em língua Terena: VUCÁPANA VO BRASIL (prá frente Brasil!!).

Numa segunda etapa a pesquisa sobre os Terenas na 2ª GM se deu por ocasião das comemorações dos 60 anos da participação da FEB na Campanha da Itália, oportunidade em que o presidente da Fundação CONTAR, o então procurador do Ministério Público, Carlos Eduardo Contar, ao tomar conhecimento que o 9º BE Cmb não dispunha dos nomes dos pracinhas (febianos), como são chamados os ex-combatentes da FEB que lutaram na Guerra, por iniciativa própria, deslocou-se a cidade do Rio de Janeiro e pesquisou nos arquivos do Exército, e recuperou a quase totalidade dos nomes, que foram fixados numa placa em um monumento no interior do Batalhão "Carlos Camisão", o Monumento à Vitória, idealizado pela Fundação CONTAR, 9º BE Cmb e pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB/Seção MS/ANVFEB sob direção do Veterano da FEB Sr Agostinho Gonçalves da Motta.

Com a divulgação dos nomes dos combatentes do 9º BE Cmb Expedicionário (que era tropa de engenharia da FEB) e com a constatação de que alguns dos nomes da lista eram de integrantes de etnias indígenas e com o conhecimento de artigos de circulação regional que mencionavam a participação de integrantes de etnias indígenas na última Grande Guerra, o Sargento Wallas reuniu as informações e passou a abordar o tema em suas palestras, além de submetê-lo ao conhecimento de integrantes da direção do Laboratório de História Indígena e da Coordenação do Laboratório de Estudos Interculturais Indígenas Povos do Pantanal, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Até que, recentemente, quando da preparação das Forças Armadas para comemoração do septuagésimo aniversário da FEB, o assunto foi levado ao conhecimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

Com a vinda dos pesquisadores da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército a Aquidauana, uma das mais importantes partes da pesquisa "participação Terena na 2ª Guerra Mundial - VUCÁPANA VO" foi concluída, com a intermediação de entrevistas de descendentes de Febianos com a DPHCEX, pelo Sargento Wallas, e com a mediação do Professor Baltazar com a liderança Terena do Izaltino Demencio Cacique da Aldeia Bananal e os seus conselheiros da Aldeia Bananal, acompanhando e permitindo o acesso a casa dos Terena ex-combatentes da FEB e aos túmulos de Leão Vicente (Aldeia Bananal) e Irineu Mamede (Aldeia Água Branca) heróis esquecidos pela História Oficial.

A História dos Terena ao lado do Exército Brasileiro são antigas, pois estiveram presentes na épica "Retirada da Laguna", imortalizada na obra do Visconde de Taunay, da Força Expedicionária de Mato Grosso (1865-1867), por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) contra Solano Lopes do Paraguai. Entre os anos de 1900 a 1906 o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, contou com apoio do povo Terena para a construção da linha telegráfica, entre Cuiabá a Corumbá, alcançando as fronteiras do Paraguai e Bolívia. Nas primeiras décadas do século XX, com o advento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil,

CONT.



considerada um sinônimo de desbravamento da região oeste brasileira, novamente os Terena estiveram presentes, apoiando como mão de obra.

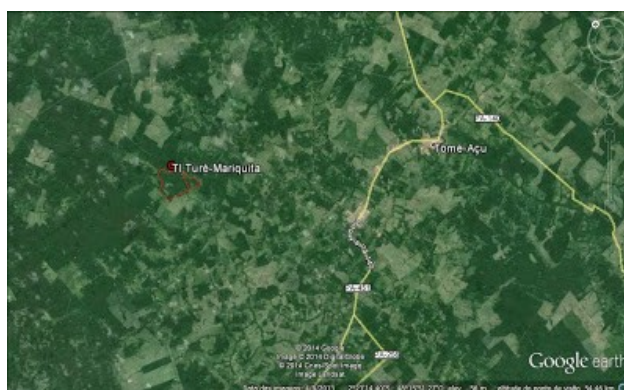
Por ocasião da 2ª Guerra Mundial, os Terenas foram convocados entre os mais de 85.000 brasileiros para seleção do mais de 25.000 homens que integraram a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira, mas tarde batizada de Força Expedicionária Brasileira. Os Terena foram incorporados no 9º BE Cmb, que era a tropa de engenharia da FEB, sediado em Aquidauana no distante Mato Grosso. Entre os convocados estavam reservistas e voluntários para compor as tropas do 9º BE Cmb que integrariam a FEB, entre eles índios Terenas, como: IRINEU MAMEDE, AURÉLIO JORGE, HONORATO RONDON, ANTONIO AVELINO DA SILVA, LEÃO VICENTE (a confirmar a etnia), DIONÍSIO LULU, PEDRO BELIZÁRIO PEREIRA (a confirmar a etnia), WENSCELAU RIBEIRO (de Nioaque a confirmar a etnia), E ÓTAVIO (a confirmar dados e a etnia) que seria índio Kadiwéu e outros que ainda estão sendo levantados.

Os depoimentos das famílias dos febianos da etnia Terena que combateram no Teatro de Operações da Itália, não deixam dúvidas do sacrifício e das lutas vencidas por estes homens e por suas famílias, mas também não há espaço para duvidar do orgulho que os mesmos carregaram por toda sua vida de ter lutado contra o nazifascismo, em terras na distante Itália, sem perder sua identidade cultural e utilizando-se de sua conhecida capacidade de adaptação e sobrevivência.

Portanto o resgate histórico dos nomes e componentes da FEB que pertencentes as etnias indígenas e a valorização de suas ações e sacrifícios é uma dívida histórica com esses povos. E é uma grande oportunidade para pesquisadores e aficionados, pois se trata do resgate da memória, da consulta em arquivos pessoais de difícil acesso e fontes escassas. Porém na atualidade ainda é possível a reconstrução dos fatos, graças à importante contribuição de pessoas como Wagner Lulu dos Santos (neto do ex-combatente DIONÍSIO LULU), Gideão Jorge (neto do ex-combatente AURÉLIO JORGE) e de lideranças como do Cacique IZALTINO da Aldeia do Bananal, tem permitindo o resgate da História dos Terenas na 2ª Guerra Mundial.

O trabalho de resgate histórico dos Terenas na 2ª GM ainda está no início, ainda a um longo caminho de pesquisa e críticas do material produzido, e os pesquisadores aceitam documentos, fotos e registros em todas as mídias que possam ser utilizadas para o resgate da memória. E todo o material arrecadado será destinado ao Museu Marechal José Machado Lopes (Museu do Expedicionário do 9º BE Cmb) de Aquidauana-MS.

Índios atacam e saqueiam empreendimento da Vale no Pará
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 22.10.2014



Os índios da etnia Tembé, que habitam a Terra Indígena (TI) Turé-Mariquita, roubaram 15 veículos do polo de produção de dendê Vera Cruz, da empresa Biopalma, no município de Acará, nordeste do Pará. O empreendimento pertence à mineradora Vale S.A.

Segundo informações de funcionário da Biopalma, que não quis se identificar, o clima na região está tenso, pois os índios renderam os motoristas com armas de grosso calibre, segundo este relato, obrigando os funcionários da Biopalma a ir até a tribo deixar os veículos.

A empresa e caminhões que levam mantimentos até as fazendas também estariam sendo regularmente saqueados pelos indígenas. Os índios já teriam roubado 11 tratores, três pickups Hilux e um carro Fiat Strada. A Funai e a delegacia de Tomé-Açu, para onde estão sendo registradas as ocorrências, não confirmam os fatos. Não foi possível entrar em contato com os líderes tembés para esclarecer o assunto.

Ainda de acordo com o relato do funcionário, o pior dos conflitos ocorreu na última sexta-feira, dia 17, quando quatro índios armados invadiram a sede do polo Vera Cruz no momento em que aproximadamente mais de 100 funcionários estavam saindo do serviço. "Na última sexta-feira, eles fecharam a saída e nós saímos correndo pulando para dentro do ônibus. Foi uma correria", relatou o funcionário. Em outra ocasião, os índios tembés saquearam um caminhão que transportava frango para abastecer a Biopalma, relatou a testemunha.

Ainda segundo o funcionário, a orientação da empresa era somente para que ninguém reagisse. Os trabalhadores do polo Vera Cruz teriam sido dispensados ontem por causa dos conflitos. "Quem sabe a Biopalma não tem uma decisão para gente. Nós não sabemos se

CONT.



vamos voltar a trabalhar amanhã. Eles também saquearam a fazenda Três Irmãs. Quando todo mundo chegou para tomar café, o pessoal foi informado de que não teria nada, porque os índios tinham levado. Enquanto isso, a gente apanha de índios e não pode fazer nada”, denunciou a fonte.

A Biopalma, empresa pertencente ao grupo Vale, informou por meio de nota que obteve na última sexta-feira liminar de reintegração de posse dos quatro veículos e 11 equipamentos agrícolas de sua propriedade, em poder de índios da TI Turé-Mariquita há 11 dias. As providências estão sendo tomadas pela Justiça para efetivo cumprimento da decisão liminar.

A empresa esclareceu que mantém um diálogo permanente com a comunidade indígena, além de desenvolver projetos sustentáveis nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar, infraestrutura de acesso e saneamento básico em conformidade com a orientação da Fundação Nacional do Índio (Funai). E disse também que as atividades da empresa transcorreram normalmente ontem. “A Biopalma repudia ações que coloquem em risco a integridade física de seus empregados e prestadores de serviços, uma vez que os veículos e máquinas foram retidos quando os trabalhadores se encontravam no pleno exercício de suas atividades”, finaliza a nota.

Há uma omissão clara no governo federal nessa questão indígena, diz Aécio Neves em Mato Grosso do Sul

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 22.10.2014



Aécio Neves defende mais órgãos além da Funai nas questões indígenas

O candidato à Presidência pelo PSDB, Aécio Neves, visitou hoje (21) Mato Grosso do Sul. Em campanha no estado, ele se encontrou com lideranças locais e concedeu entrevista a jornalistas, em que disse que o governo federal é omissos quanto à questão indígena e que não se deve temer esse debate.

Para o candidato, as comunidades indígenas precisam de apoio social, saúde de qualidade e segurança. “Há uma omissão clara no governo federal nessa questão que não haverá no nosso governo. [As comunidades indígenas] precisam de outro tipo de garantia que permita que eles vivam adequadamente com os seus valores, com as suas tradições e com a sua cultura”.

“O que pretendo é envolver nessa questão não apenas a Funai, mas outros órgãos do Estado, tanto do governo estadual como, por exemplo, a Embrapa, que podem ajudar a dar a essas regiões também ou a essas comunidades tranquilidade para que possam ter uma renda, que possam viver com saúde, possam viver em segurança”, disse.

Na capital, Campo Grande, Aécio Neves citou o estado de Mato Grosso do Sul como uma das regiões onde ocorrem mais conflitos entre indígenas e produtores rurais, que precisam ser solucionados. “A minha intenção é, conversando com o governador do estado, e aí volto à questão da parceria que teremos de estabelecer. Porque aqui essa questão é uma questão realmente extremamente grave. Eu acompanho a gravidade dos conflitos. E nós vamos, dialogando, encontrar um caminho que respeite a produção, mas que permita que as comunidades indígenas possam viver com segurança e com tranquilidade”, disse.

Clique [AQUI](#) e acompanhe a cobertura das eleições na Questão Indígena.

Com informações da Agência Brasil e imagem de Orlando Brito/Coligação Muda Brasil



Seminários esclarecem direitos tributários dos produtores quilombolas

SÍTIO AQUIES, 22.10.2014

O Espírito Santo é pioneiro no País na concessão de inscrição estadual para produtores rurais indígenas e quilombolas, possível desde maio deste ano com a publicação do decreto 3581-R. Para facilitar o acesso desses produtores a este direito, bem como orientá-los sobre seus direitos e deveres tributários e fiscais na produção rural, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) promove entre os meses de novembro e dezembro cinco seminários temáticos.

Os encontros irão ocorrer nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Cachoeiro, Presidente Kennedy e Vitória, a partir da parceria entre a Sefaz, por meio do Programa Estadual de Educação Tributária (PEET), com a Casa Civil, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e Ministério Público Federal (MPF), Incra e os Núcleos de Atendimento aos contribuintes (NACs).

O supervisor de Educação Tributária da Sefaz, Gilberto Batista Campos, lembra que a emissão de notas fiscais por produtores rurais quilombolas é de grande importância para a inclusão social e o incremento de renda dessas comunidades.

“A emissão de notas fiscais não apenas permite a inserção dos produtores no mercado formal, tornando possível a venda por meio de diversos canais de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como serve de comprovação de ocupação para fins de aposentadoria”, entre outros benefícios e direitos legais, destaca.

Não é necessário realizar inscrição prévia para participar dos seminários. Entre os assuntos abordados estarão o processo de titulação das comunidades quilombolas, o processo de formalização, atendimento nas Agências da Receita Estadual e os deveres e direitos tributários e fiscais dos produtores rurais. Os interessados podem obter mais informações pelo telefone (27) 3347.5160 ou pelo email eductrib@sefaz.es.gov.br.

Confira as datas dos seminários:

18 de novembro: No CRAS quilombola de Santana, Conceição da Barra, das 13 horas às 17 horas.

19 de novembro: No CRAS quilombola Morro do Arara, em São Mateus, das 8 horas ao meio-dia.

25 de novembro: No restaurante Cozinha da Senzala, na comunidade de Monte Alegre, Cachoeiro, das 13 horas às 17 horas.

26 de novembro: Na escola Orci Batalha, em Cacimbinha, Presidente Kennedy, das 8 horas ao meio-dia.

4 de dezembro: No auditório do Museu Capixaba do Negro, no Centro de Vitória, das 13 horas às 17 horas.



MPF obtém efeito suspensivo e comunidade Terena pode permanecer em terras na região de Buriti

SÍTIO DO POVO ON LINE, 22.10.2014

Decisão anterior impunha reintegração de posse em favor de fazendeiro e multa contra comunidade indígena e Funai

O Ministério Público Federal (MPF) obteve efeito suspensivo de decisão liminar que determinava a reintegração de posse de imóveis situados na região de Buriti, Mato Grosso do Sul, ocupados por indígenas da comunidade Terena. A nova decisão, da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF3), também suspendeu multa diária de R\$ 500 contra a comunidade indígena e de R\$ 1 mil contra a Funai em caso de descumprimento.

Apesar de o próprio Ministério da Justiça ter declarado a área como de posse permanente dos índios, a liminar atendia pedido de Afrânio Pereira Martins, autor de uma das ações de interdito possessório movidas contra os Terena, que ocupam terras nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS).

Martins sustentava que a comunidade indígena estava praticando atos para perturbar ou privar a posse dos imóveis, posse esta que fora determinada pela 1ª Seção do Tribunal Regional Federal (TRF3) declarando válido o domínio particular sobre a área administrativamente demarcada baseando-se somente nos títulos de domínio.

A procuradora regional da República Maria Cristiana Amorim Ziouva se manifestou contra a liminar concedida pela Justiça Federal e asseverou que mesmo os autores que os autores da ação aleguem ter direito à posse das terras, eles são mero detentores das terras em litígio, sendo certo que a Constituição torna nulos e extintos quaisquer atos relativos à posse e domínio em terras indígenas.

Além disso, a procuradora ressaltou que todas provas constantes nos autos de origem já apontam para a existência da ocupação tradicional pelos indígenas, inclusive a Portaria 3.079/2010 do Ministério da Justiça, que declarou como de posse permanente dos índios Terena aproximadamente 17.000 (dezessete mil) hectares, incluindo as terras apontadas na ação.

"Assim, havendo nos autos direito plenamente comprovado e presumido, qual seja, o direito indígena à demarcação das terras e a sua permanência no local, o que culminou com a edição da Portaria n.º 3.079, é esse que deve prevalecer, não havendo verossimilhança do direito alegado pela parte autora da ação possessória originária", asseverou Maria Cristiana em seu parecer.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

A procuradora destacou que quem de fato tem direito à proteção são as famílias indígenas, levando em conta que nem sequer houve perturbação da ordem por parte da comunidade. Ela apontou que grupo indígena é o grupo social mais vulnerável e que deve ser protegido em relações às pretensões privadas defendidas.

Maria Cristiana enfatizou ainda em seu parecer que "a concessão liminar de medidas proibitórias e reintegratória, tomando-se por base uma decisão que ainda encontra passível de ser reformada, deve ser tida com cautela, ainda mais quando prestigia o direito à propriedade em detrimento dos direitos à vida, à segurança e à saúde."

A reintegração de posse acarretaria uma proteção do interesse particular em detrimento aos interesses e direitos indígenas, podendo assolar a sobrevivência étnica e cultural dos integrantes da comunidade, ocasionando lesão de grave ou de difícil reparação. "Portanto, não há que se falar em periculum in mora favorável à agravada que motive a concessão de medida liminar de reintegração de posse, havendo, em verdade, a presença do periculum in mora inverso, a favor da pretensão dos índios à permanência na posse de suas terras tradicionais." concluiu a procuradora.

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF3), por unanimidade, atendeu à manifestação do MPF e suspendeu a liminar que impunha a reintegração de posse em desfavor da comunidade indígena Buriti, bem como concedeu o efeito suspensivo em relação à multa diária de aplicada à FUNAI e à Comunidade de R\$ 500 em caso de descumprimento.

Fonte: Assessoria MPF



6º Dia da Novena Missionária: Tráfico humano, povos indígenas e quilombolas
SÍTIO CBR NACIONAL, 22.10.2014



Estima-se que no século XVI havia mais de mil povos indígenas, número que em 2014 caiu para 242. Hoje em dia no Brasil, existem 677 Terras Indígenas (TI) em processo de identificação, declaradas ou homologadas. Ao todo, elas ocupam apenas 13% do território nacional. As comunidades quilombolas, por sua vez, somam mais de 5.000, mas apenas 207 conquistaram o título definitivo das terras.

A exploração das pessoas pelo sistema capitalista de produção força êxodos, invade e ocupa terras tradicionais, polui os rios e empurra comunidades para a beira das estradas ou para a periferia das cidades. Tudo isso é também uma forma de tráfico que precisa ser denunciada e combatida.

[Acesse aqui o 6º Dia da Novena no Livrinho](#)
[Vídeo](#)

O Estado possui a segunda maior população indígena do Brasil, atrás apenas do Amazonas. Segundo o censo do IBGE de 2010, essa população é de 77.025, entre pessoas dos povos Guarani, Kaiowá, Terena, Kinikinau, Guató, Kadiwéu e Atikum. Ganha destaque a situação do povo Guarani Kaiowá em função da violência a que estão submetidos. Essa população é de aproximadamente 45 mil pessoas, sendo que a maioria vive em acampamentos e/ou em pequenas reservas. Esse povo sofre um processo de dizimação com alto índice de assassinatos (319 casos nos últimos dez anos), ameaças de assassinatos, suicídios e discriminação.

A terra para os povos indígenas é sagrada, é mãe. Ela é muito mais do que um espaço para produzir e gerar lucro. Na cosmovisão Guarani, a terra é concebida como Tekoha, lugar de vida e convivência (econômica, social, política, ecológica e religiosa). Sem Tekoha não há vida. Os povos indígenas têm uma mensagem para nós de como manter uma cultura do Bem-viver, a

CONT.

qual supera a proposta da falsa cultura do consumismo que só visa o lucro. Bem-viver é buscar a vivência em comunidade, onde todos se preocupam com todos, incluindo viver em harmonia com o meio-ambiente.



As comunidades quilombolas também enfrentam grandes dificuldades, especialmente em função da ausência de uma política que respeite as diferenças, que assegure maior assistência e conceda a demarcação de seus territórios. No Mato Grosso do Sul existem 22 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente, mas apenas quatro delas conseguiram o título definitivo de propriedade das terras. O direito à demarcação das terras é

garantido pela Constituição Federal no Artigo 68, o qual estabelece que seja reconhecido "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, [...] a propriedade definitiva, cabendo ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos".

"Convido os negros, irmãos no sangue e na sina, seu gingado nos ensina a dança da redenção. De braços dados, no terreiro da irmandade, vamos sambar de verdade enquanto chega a razão, ê, ê"

Compromisso

Conhecer melhor os direitos dos indígenas e quilombolas garantidos pela Constituição de 1988.





Livro reúne depoimentos sobre a luta pelos DH no Brasil

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 22.10.2014



Dez defensores de direitos humanos sob proteção especial do governo brasileiro contam suas histórias no livro 'Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil', que será lançado no próximo dia 31, às 8h30, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

O lançamento ocorrerá em audiência pública promovida pela Delegação da União Europeia no Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

Um dos dez depoimentos da publicação é o do tupinambá Rosivaldo Ferreira Dias (Cacique Babau), que conta a história da sua aldeia de Serra do Padeiro, no município de Buerarema, na Bahia.

Ele já coordenou 21 retomadas de terras que foram reconhecidas como pertencentes ao seu povo, sofreu perseguições políticas, processos de criminalização e foi preso em 2010. Por isso foi inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Evento de lançamento

O livro é uma publicação da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil e resultado da parceria entre o Sistema das Nações Unidas no Brasil, a Embaixada do Reino dos Países Baixos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e a Delegação da União Europeia no Brasil. O lançamento ocorrerá durante a audiência pública sobre povos e comunidades tradicionais.

Estarão presentes autoridades brasileiras, representantes dos países membros da União Europeia, indígenas, quilombolas e comunidades afins, que debaterão os temas 'Identidade, território e cultura', 'Educação, saberes tradicionais e liberdade' e 'Trabalho, sociobiodiversidade e sustentabilidade'.

Crime organizado

Além do depoimento do Cacique Babau, o livro traz o relato de Alexandre Anderson de Souza, fundador e presidente da Associação dos Homens do Mar do Rio de Janeiro (Ahomar), que trava uma batalha em favor da Baía de Guanabara.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2014

Brasília, 22 de outubro de 2014.

O guarani-kaioiwá Eliseu Lopes, que se engajou na luta pela recuperação da terra que pertencia a seus antepassados, também apresenta seu depoimento.

Outro relato é de Evane Lopes, que protagonizou uma série de ações em prol da comunidade quilombola de São Domingos e de outras quatro comunidades da região de Paracatu (MG), noroeste de Minas Gerais.

O juiz Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro, da 3ª Vara Criminal de Caruaru, cidade de 350 mil habitantes do Agreste pernambucano também apresenta seu depoimento. Ele foi o principal juiz da primeira grande operação contra o crime organizado de extermínio no país, em 2007.

Sem-terra e adolescentes

No livro consta ainda o relato de João Luís Joventino do Nascimento (João do Cumbe), que desde 1996, vem desenvolvendo a luta para preservação dos manguezais e da comunidade do Cumbe, a 12 quilômetros de Aracati, litoral leste do Ceará.

Júlio César Ferraz de Souza, que vem atuando para a garantia do direito à moradia em Manaus há quase 20 anos, também faz seu relato.

Outro depoimento é da gaúcha Leonora Brunetto, integrante da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que atua há três décadas em defesa dos trabalhadores rurais sem-terra.

Outros depoimentos são de Maria Joel Dias (Joelma), coordenadora regional da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Pará, que atua a favor dos trabalhadores rurais desde 2002, e o padre Saverio Paolillo, mais conhecido como Padre Xavier, que defende os direitos da criança e do adolescente brasileiros desde 1985, no Espírito Santo.

Fonte: Secom – Bahia

Fazendeiro ameaça remoção dos Guarani-Kaiowá da aldeia Santiago Kue/Kurupi, mas indígenas prometem resistir
SÍTIO CIMI, 22.10.2014



Nas imediações da cidade de Naviraí, estado de Mato Grosso do Sul, há quase um mês a paz foi recuperada a duras penas pelo grupo Kaiowá e Guarani que retomou parte de seu território sagrado de Santiago Kue/Kurupi, mas a comunidade vem sendo ameaçada diariamente por jagunços e pistoleiros. Frente aos ataques, os indígenas prometem resistir a qualquer custo e afirmam que retomaram seu território definitivamente. Os Guarani-Kaiowá se negam a sofrer novamente o peso e o sofrimento dos acampamentos à margem das rodovias. Enquanto seguem paralisados os procedimentos demarcatórios das terras indígenas, ordens de despejo e práticas de violência por parte dos fazendeiros estão sendo exercidas como via de regra contra os povos originários ao longo de todo o estado.

Após 21 anos vivendo esmagados entre cercas, rodovias e às margens da BR-163, em acampamentos tão improvisados como as suas próprias vidas, cerca de 13 famílias, aproximadamente 130 pessoas, em sua maioria idosos e mulheres, cansaram de esperar os estudos de identificação e delimitação de seu território e ocuparam, no último dia 21 de setembro seu tekoha (a terra tradicional, o lugar onde se é). O fazendeiro da região ameaça frequentemente os indígenas e reitera que o grupo vai "sair por bem ou por mal" da sua dita propriedade. Os Kaiowá enfrentam como podem tanto os tiros e investidas dos jagunços, quanto às precárias condições de vida que levam em decorrência dos mesmos ataques. Sem segurança, a vida dos indígenas segue diariamente sendo ameaçada.

A história recente dos grupos indígenas que buscam regressar ao território de Santiago Kue/Kurupi é marcada por uma sequência de despejos e reocupações ininterruptas, onde a violência acometida contra os Kaiowá, que gerou inclusive a morte de seus antigos rezadores e

CONT.



lideranças, passa a ser superada a cada nova vez pela coragem e perseverança daqueles que vivem para regressar à sua terra. Entre meados da década de 1990 e 2000 esta já é a quarta retomada do povo Kaiowa ao seu território tradicional.

Segundo os indígenas, parte dos grupos e famílias que habitam o território da qual faz parte Santiago Kue/Kurupi foram expulsos em diferentes momentos da história, enquanto outros grupos jamais deixaram o solo da terra tradicional. Trata-se de uma terra onde muitos indígenas foram divididos e açoitados, em diferentes épocas, devido a ataques de homens armados passaram a constituir acampamentos palmilhando rodovias que circundam o seu grande território ancestral, sem jamais ter esquecido ou se desligado dele.

Levi Marques Pereira, antropólogo responsável pelos estudos de identificação e delimitação de Santiago Kue/Kurupi junto à Funai, define em documento encaminhado para o Ministério Público Federal de Dourados, ainda em meados de 2012, que na verdade existe um grande território indígena em questão que pode ser definido como "Tekoha Guasu". Em linhas gerais, trata-se de muitos grupos e aldeias de um mesmo povo que vive e coexiste coletivamente ou separadamente, em um único território ancestral maior.

Segundo os estudos, fazem parte deste extenso território maior que tem sua extensão dividida entre o que hoje são os municípios de Juti e Naviraí, as aldeias de: Lechucha, Matula, São Lucas, Bonito, Santiago Kue/Kurupi, Kurupa'i, Mboka e Aldeinha. A comunidade de Aldeinha jamais saiu dos limites do Tekoha Guasu e ainda hoje resiste aos fazendeiros no interior de seu território. Os estudos da Funai acabaram por constatar de forma sólida o caráter de tradicionalidade da Tekoha Guasu, porém mesmo existindo inúmeras evidências de caráter histórico e etnográfico que comprovam a presença destes grupos junto a este território, os procedimentos demarcatórios seguem paralisados causando a estas comunidades o esbulho nos acampamentos ao longo das estradas.

Segundo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre Ministério Público Federal e a Funai em Brasília no ano de 2007, foi determinado ao órgão indigenista que até o prazo máximo de abril de 2010 fosse publicado no Diário Oficial da União, os resumos dos relatórios de identificação. Porém, até agora, quatro anos depois, os indígenas só receberam de reposta concreta a violência dos fazendeiros.

Violência esta, antiga conhecida do povo de Santiago Kue/Kurupi, que hoje é reforçada pelas políticas anti-indígenas levadas a cabo pelo governo federal e bancada ruralista. Em 2011, o Cimi já denunciava casos de tortura e agressões sofridas por estas comunidades indígenas.

Leia aqui:

http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=5947&action=read&page=101

As constatações de Levi a respeito da Tekoha Guasu são confirmadas pelas vozes dos anciãos dos acampamentos existentes ao longo das rodovias, frutos doloridos das expulsões forçadas sofridas pelo povo Guarani-Kaiowá. Detentores de memória e guardiões da história de seu povo, os rezadores e rezadoras Kaiowá-Guarani quando perguntados pelo seu território

CONT.



ancestral passam a abrir com seus movimentos e palavras, lacunas no tempo e no espaço, redelimitando limites por eles a muito conhecidos. Com gestos precisos e firmes de seus braços já cansados, passam a desenhar no ar um mapa de um mundo de outrora que em suas profundas certezas e esperanças retornarão em breve a ser a “grande cidade dos Guarani”.

“O campo e o mato não são vazios, são nossas cidades, o branco apenas não vê assim”

Clarita Ramires, importante anciã de 72 anos, lembra que: “Santiago Kue sempre foi uma grande aldeia do povo Kaiowá, terra tradicional, com muita gente, mato e bicho. Lugares cheios de histórias”, a anciã ainda recorda a presença de seus ancestrais no território, “Todos os meus avós morreram lá. Quando ainda pequena percebi as primeiras movimentação dos fazendeiros. As cidades cresceram sobre os locais que para nós já existiam. Pouco antes de eu nascer meus pais contaram que a cidades dos não-indígenas ainda nem estava lá. Para nós, todo campo e cantinho de mato tem sua importância, conhecemos todos os cantos e eles têm seus motivos de existir. São nossos cemitérios, nossas igrejas, ruas e praças. O campo e o mato não são vazios, são nossas cidades, o branco apenas não vê assim.”

Partilhando as memórias sobre suas antigas moradas, outros indígenas, velhos e jovens lembram que até o nome dos locais indígenas foram “herdados” pelas cidades dos “brancos”. Naviraí, por exemplo, significa em Guarani algo próximo a um “lugar onde árvores roxas se estendiam junto a pequeno rio”.

Recentemente, junto com a expansão das fronteiras agrícolas e o desenvolvimento dos agrupamentos urbanos locais é que alguns grupos indígenas foram forçados a deixar suas aldeias. Sobre este processo, Clarita recorda que: “Apesar de alguns lugares e cemitérios terem sido destruídos e revirados pelos fazendeiros, nós nunca os esquecemos. Nós andávamos por todo este território.



Antigamente os Guarani-Kaiowá não paravam em um só lugar, andávamos aqui, na cabeceira do rio São Lucas, em Kurupi e plantávamos muito. Por onde o Kaiowá passa, ele deixa seu roçado. A polícia e os pistoleiros expulsaram apenas alguns de nós. E quando éramos expulsos, as nossas casas eram queimadas e até os cachorros e pessoas eram mortas. Quando os Karaí vieram colonizar, construir a cidade, só tinha duas casas, mas eles expulsaram todos. Domiros e outros fazendeiros quase mataram a gente. Quando vieram nos escondemos, ficamos no mato observando os fazendeiros, mas sempre que era preciso correr deixávamos tudo para traz, nossas coisinhas, pertences, mas na verdade deixávamos mais que isso, cada vez que corríamos deixamos para traz nosso mundo. Mas deixávamos para buscar mais tarde.”

Solidônio Martinez hoje com 56 anos, expulso da terra ainda criança complementa: “Naquele tempo não tinha fazendeiros como hoje. Os indígenas trabalhavam nas roças das fazendas mais distantes, porém tinham seu tekoha. Mas isso era antigamente, na época de chegada dos fazendeiros recentes, a expulsão começou a ser na força, na marra. Fomos expulsos da cabeceira do São Lucas, mas não todos nós. Muitos de nós tínhamos roça e uma pequena

CONT.



criação de animais. Os fazendeiros tomaram tudo, marcavam nosso gado e nos expulsavam. Nós partíamos com as panelas velhas amarradas na cintura, indo trabalhar nas lavouras ao redor para sustentar os filhos. Os pais iam morrendo e a gente ia ficando por aí. Mas o lugar deles morrer não era para ser na estrada. Na cabeceira do São Lucas é que fica o nosso cemitério. Lembro que jogávamos o que podíamos em cima dos cavalos e saíamos sem destino, que nem cigano, fazendo comida onde dava quando dava, antes do escurecer”.

Para os indígenas, a Grande Tekoha Guasu, onde se encontra Santiago Kue/Kurupi se configura como algo muito maior do que apenas uma porção de terra. Nos cemitérios internos ao território estão, sobretudo, os restos dos rezadores e rezadoras que dão nome as localidades. Ressaltam os mais velhos que Santiago era um antigo rezador que faleceu no território conhecido como Kurupi, que é nome de outra rezadora já falecida.

Outro grave problema que terá de ser enfrentado pelos indígenas, certamente agravado pela não demarcação de seu território é a duplicação da BR-163 que esta ocorrendo em outros trechos da mesma rodovia. Existem direitos de compensação específicos e garantidos por convenções e diretrizes nacionais internacionais em relação ao impacto que obras possam vir a causar aos territórios tradicionais dos povos originários. Porém, em muitos casos, políticas de desenvolvimento têm se mostrado como um grande empecilho a demarcação das terras indígenas.

Os indígenas, cansados de esperar pela continuidade dos procedimentos demarcatórios e castigados pelas duras vidas à beira das rodovias, anunciam que não deixarão mais sua terra tradicional e denunciam que após a retomada passaram a sofrer muito com abandono das políticas de amparo básico, como acesso à saúde, educação e eliminação por conta dos órgãos responsáveis. No acampamento improvisado pelo povo Kaiowá e Guarani, existe um grande número de crianças e gestantes que a respeito do que esta ocorrendo em outras Terras Indígenas no estado encontram-se desamparadas de atendimentos referentes a condições mínimas de vida.

O Conselho Indigenista Missionário denuncia a situação de vulnerabilidade vivida pelo povo Guarani no tekoha de Santiago Kue/Kurupi, causada tanto pelo abandono de políticas de amparo à comunidade bem por conta dos covardes ataques realizados por jagunços e pistoleiros. Reforçamos que a única solução capaz de garantir ao povo Kaiowá e Guarani os seus direitos constitucionais e o mínimo acesso a uma vida digna é a imediata demarcação de seus territórios tradicionais.